

Questões Brasileiras Contemporâneas (QBC)

Dinâmica e Estrutura Demográfica do Brasil

Fronteiras do Brasil: Primeiros Resultados do
Censo Demográfico 2022 – Ipea (TD, 41 - 2023)

Prof. Waldery Rodrigues Junior

Email: waldery.rodrigues@yahoo.com.br



- Fronteiras do Brasil: primeiros resultados do Censo Demográfico 2022
- Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
- Demografia. População: Relatórios de Atividades / Técnicos.
- Publicado em: Nov-2023

Sumário

1 INTRODUÇÃO	4
2 GRANDES RECORTES DE ANÁLISE.....	5
3 A FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE	13
4 A FAIXA DE FRONTEIRA LITORÂNEA.....	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

EQUIPE TÉCNICA

Rosa Moura

Pesquisadora sênior colaboradora na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea).

Gustavo Ferreira

Pesquisador colaborador na Dirur/Ipea.

FRONTEIRAS DO BRASIL: PRIMEIROS RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2022

Dirur

Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nº 41

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fronteiras do Brasil : o litoral em sua dimensão fronteiriça

Pêgo, Bolívar (Coordenador); Nagamine, Líria; Krüger, Carolina; Moura, Rosa

578 páginas

Demografia. População: Livros.

Publicado em: Dez-2023



A extensa costa brasileira tem sido objeto de análises que destacam suas riquezas naturais e ambientais, além de seu potencial para o desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo dinâmico e vulnerável, esse espaço tem sido alvo de estudos e políticas que consideram tanto seus aspectos positivos quanto os riscos decorrentes de práticas territoriais que negligenciam as interações humanas com o meio ambiente. Embora as características dessa faixa litorânea tenham sido objeto de diversas políticas e definições, sua condição de fronteira ainda não foi completamente absorvida nos estudos convencionais sobre fronteiras. Enquanto os estudos tradicionais concentram-se principalmente nas fronteiras terrestres, a natureza fronteiriça da faixa litorânea tem ocupado um lugar central nas análises e ações empreendidas pelas Forças Armadas do Brasil

PARTE I CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E ABORDAGENS

CAPÍTULO 1 TERRA, MAR E AR: UM APORTE TEÓRICO SOBRE AS TENDÊNCIAS DE CONTRIBUIÇÕES NO TEMA FRONTEIRIÇO	23
Caroline Krüger Paula Moreira Gustavo Ferreira	

CAPÍTULO 2 FRONTEIRAS AÉREAS DO BRASIL: INTEGRAÇÃO, CONTROLE E DEFESA	69
Álvaro Wolnei Guimarães Líria Nagamine Caroline Krüger Rafael Rocha	

CAPÍTULO 3 RELAÇÕES ENTRE AS FRONTEIRAS TERRESTRE E LITORÂNEA	85
Rosa Moura	

CAPÍTULO 4 URBANIZAÇÃO E CIDADES MÉDIAS DA FRONTEIRA LITORÂNEA: DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA A POLÍTICA URBANA	103
Diana Meirelles da Motta Ederson Nascimento Fernando Luiz Araújo Sobrinho	

CAPÍTULO 5 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS NAS PESQUISAS DE FRONTEIRA: MÉTODOS E TÉCNICAS A PARTIR DAS MIGRAÇÕES	141
Alessandra Rufino Santos	

PARTE II O EXERCÍCIO DA CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA

CAPÍTULO 6 A RELEVÂNCIA DO EXERCÍCIO DA CONDIÇÃO DE FRONTEIRA NA FAIXA LITORÂNEA	161
Rosa Moura Gustavo Ferreira Líria Nagamine Márcia Nunes	

CAPÍTULO 7 APONTAMENTOS PARA A GEOECONOMIA DA FRONTEIRA MARÍTIMA BRASILEIRA	183
Claudio A. G. Egler	

CAPÍTULO 8 A FRONTEIRA ORIENTAL: A NOVA GEOPOLÍTICA SUL-AMERICANA SOB A PERSPECTIVA DO BRASIL	197
Armando J. G. Gutierrez	

CAPÍTULO 9 BRASIL DO ATLÂNTICO AO PACÍFICO: REDE INTEROCEÂNICA E FRONTEIRAS	219
Pedro Silva Barros Luciano Wexell Severo Cristovão Henrique Ribeiro da Silva Helitton Christoffer Carneiro	

CAPÍTULO 10 GEOPOLÍTICA DO ATLÂNTICO SUL, VIGILÂNCIA E DEFESA DA AMAZÔNIA AZUL	251
Israel de Oliveira Andrade André Panno Belirão Giovanni Roriz Lyra Hillebrand Fábio Albergaria de Queiroz	

CAPÍTULO 11 FRONTEIRAS DO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA	283
Bolívar Pêgo Caroline Krüger Márcia Nunes Gustavo Ferreira Líria Nagamine Paula Moreira Rosa Moura	

CAPÍTULO 12 ADAPTAÇÃO DAS CIDADES COSTEIRAS BRASILEIRAS RECEPTORAS DE IMPACTOS DO AQUECIMENTO GLOBAL	323
Juliana Dalboni Rocha	

CAPÍTULO 13 FRONTEIRAS, ECONOMIA DO MAR E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO ESPÍRITO SANTO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES E PRINCIPAIS DESAFIOS	347
Adilson Pereira de Oliveira Júnior Latussia Laranja Monteiro Ana Luíza Morati Receptuti	

PARTE III POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

CAPÍTULO 14 PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO DA AMAZÔNIA AZUL	383
Rodrigo de Campos Carvalho	

CAPÍTULO 15 FAIXA DE FRONTEIRA LITORÂNEA E MARINHA: NECESSIDADE DE GESTÃO INTEGRADA E COM BASE ECOSISTÊMICA	405
Marinez Eymael Garcia Scherer João Luiz Nicolodi Vitor Alberto de Souza Gabriela Sardinha Serenno DuPrey Diederichsen Natalia Corralini	

CAPÍTULO 16 A AMAZÔNIA AZUL NA POLÍTICA REGIONAL BRASILEIRA: GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DA VERTENTE ECONÔMICA	433
Giulliana de Abreu Correa Adriana Melo Alves	

CAPÍTULO 17 DE COSTAS PARA A COSTA: REFLEXÕES SOBRE O ARRANJO DE GOVERNANÇA FEDERATIVA PARA GESTÃO DO TERRITÓRIO LITORÂNEO NO BRASIL	483
João Mendes da Rocha Nieto	

CAPÍTULO 18 PROJETO ORLA NO ESPÍRITO SANTO: UM INSTRUMENTO DA GESTÃO PÚBLICA NO ORDENAMENTO DA ZONA COSTEIRA CAPIXABA	515
Latussia Laranja Monteiro Christiane Bitencourt Nathalia Nogarolli Bonadiman Caroline Labour de França Pablo Silva Lira	

CAPÍTULO 19 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO PORTE DOS NAVIOS E SEUS IMPACTOS NA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA DA REGIÃO NORTE	541
Hito Braga de Moraes Leonardo Morgado Ferreira Portela	

NOTAS BIOGRÁFICAS	563
--------------------------------	-----

SÍNTESE:

- Analisa os resultados do Censo de 2022 para o Brasil e para os recortes territoriais FFT (faixa de fronteira terrestre), FFL (faixa de fronteira litorânea) e demais municípios brasileiros, incluindo informações sobre a população e domicílios registrados, o crescimento populacional entre 2010 e 2022, as taxas de crescimento anual da população, a distribuição da população por classes de crescimento e estratos de tamanho dos municípios.
- Essas análises são direcionadas aos municípios da faixa de fronteira terrestre (FFT), com foco nos arcos fronteiriços e arranjos transfronteiriços, com exemplos daqueles mais representativos das principais constatações a partir dos dados analisados.

- **INTRODUÇÃO:** Os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022 no Brasil registraram **203.062.512** pessoas residentes, com **aumento de 6,5%** em relação ao Censo de **2010** (IBGE, 2023). Isso representa uma **taxa geométrica de crescimento anual (TGCA) de 0,52%**, que corresponde a menos da metade da verificada no intervalo **2000-2010**, então **1,17% ao ano (a.a.)**. A atual **é a menor taxa desde o primeiro censo do Brasil, em 1872**.
- Para o conjunto brasileiro, são números menores que se esperava, mas entre os **5.570 municípios recenseados**, **muitos apresentaram resultados superiores** aos das **estimativas relativas a 2021**.
- No senso comum, a aceleração das atividades, dos fluxos e da mobilidade contemporânea, perceptíveis particularmente no cotidiano das cidades, possivelmente tenham alimentado a suposição de que a **dinâmica populacional dos anos 2020** fosse **mais intensa** que a realidade captada pelo **Censo Demográfico**. Para compreender a atual dinâmica populacional do país, além dos dados de população e domicílios **divulgados em 28 de junho de 2023**, **outras informações censitárias** serão imprescindíveis, e estão por vir.

- Com o objetivo de **iniciar uma reflexão** sobre essa dinâmica, colocam-se em análise os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em **28 de junho de 2023**, adotando-se **três grandes recortes territoriais de análise** para o Brasil:
- i) a **faixa de fronteira terrestre (FFT)**, disposta na Lei nº 6.634/1979, regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980 (Brasil, 1979), composta por **588 municípios** que **se situam a até 150 km da linha de fronteira**, cuja relação foi **ajustada pelo IBGE** com base na **malha digital municipal de 2021**;
- ii) a **faixa de fronteira litorânea (FFL)**, hipoteticamente **construída para fins analíticos**, a espelho da terrestre, constituindo-se por **2.068 municípios** situados a **150 km da linha da costa**, **31** dos quais integram também a **FFT nos estados do Amapá e do Rio Grande do Sul**; e
- iii) os **demais municípios brasileiros (DMs)**

- Tomam-se por base as informações, referentes à população total residente nos municípios em 2022 e as taxas geométricas de crescimento anual entre 2010-2022, operacionalizadas a partir da reconstituição da população de 2010 com as bases territoriais das unidades recenseadas em 2022. Essa reconstituição se faz importante devido aos ajustes na malha digital municipal em 2021, realizados pelo IBGE, além de que foram criados cinco municípios no país nesse intervalo temporal. Complementarmente, para estimular uma reflexão sobre quais municípios apresentaram neste século uma dinâmica contínua efetiva de crescimento, retenção ou evasão populacional, realizou-se um exercício comparativo do crescimento da população nos intervalos 2000-2010 e 2010-2022. Nas análises coloca-se em maior evidência o comportamento da distribuição e o crescimento populacional do conjunto de municípios das FFT e FFL, no contexto do total do país.
- A *Nota Técnica*, na sequência desta introdução, organiza-se em mais quatro seções.
- Na segunda se analisam os resultados para o Brasil e para os recortes territoriais FFT, FFL e DMs, quanto
 - aos totais de população e domicílios registrados pelo Censo de 2022,
 - o incremento populacional entre 2010 e 2022,
 - as taxas geométricas de crescimento anual da população entre 2010 e 2022,
 - o comparativo desse crescimento ao de 2000-2010, e
 - a distribuição da população por classes de crescimento e estratos de tamanho dos municípios.

- Na terceira seção, essas análises se particularizam aos municípios da **FFT**, considerando os **arcos fronteiriços** e os **arranjos transfronteiriços**, com exemplos daqueles mais representativos das principais constatações a partir dos dados analisados.
- Na quarta seção é feito o **mesmo procedimento de análise** em relação à **FFL**, dando ênfase às **concentrações urbanas** e aos **arranjos populacionais (APs)**.
- Na quinta seção da *Nota Técnica* se pontuam as **considerações finais**, ainda revestidas por um caráter **muito preliminar**, pois estão no aguardo de **informações censitárias** sobre **outros componentes demográficos**, e se recomendam **políticas públicas** que deem **suporte à população** e **ao poder público municipal** diante das mudanças verificadas.

2 GRANDES RECORTES DE ANÁLISE

- A população total brasileira em 2022 compõe-se de 203.062.512 pessoas residentes, distribuídas 5,6% entre os municípios da FFT, 58,1% da FFL e 36,3% entre os DMs.
- Embora com a menor taxa de crescimento da história de seus censos, 0,52% a.a. entre 2010-2022, o país registra um incremento de 12.306.713 habitantes no intervalo intercensitário, incidente em 7,6% na FFT, 46,9% na FFL e 45,5% entre os DMs (tabela 1). Comparando a proporção da incidência do incremento com a proporção da população de cada recorte territorial, observa-se um **quadro de evolução da população mais positivo nos recortes da FFT e dos DMs.**

TABELA 1

Brasil: distribuição da população, do incremento e das taxas de crescimento anual da população, segundo recortes territoriais (2010-2022)

(Em %)

Recorte territorial	População		Incremento (2010-2022)	Taxa de crescimento (a.a.)	
	2010	2022		2000-2010	2010-2022
FFT	5,6	5,8	7,6	0,89	0,69
FFL	58,1	57,4	46,9	1,16	0,42
DMs	36,3	36,9	45,5	1,23	0,65
Brasil	100,0	100,0	100,0	1,17	0,52

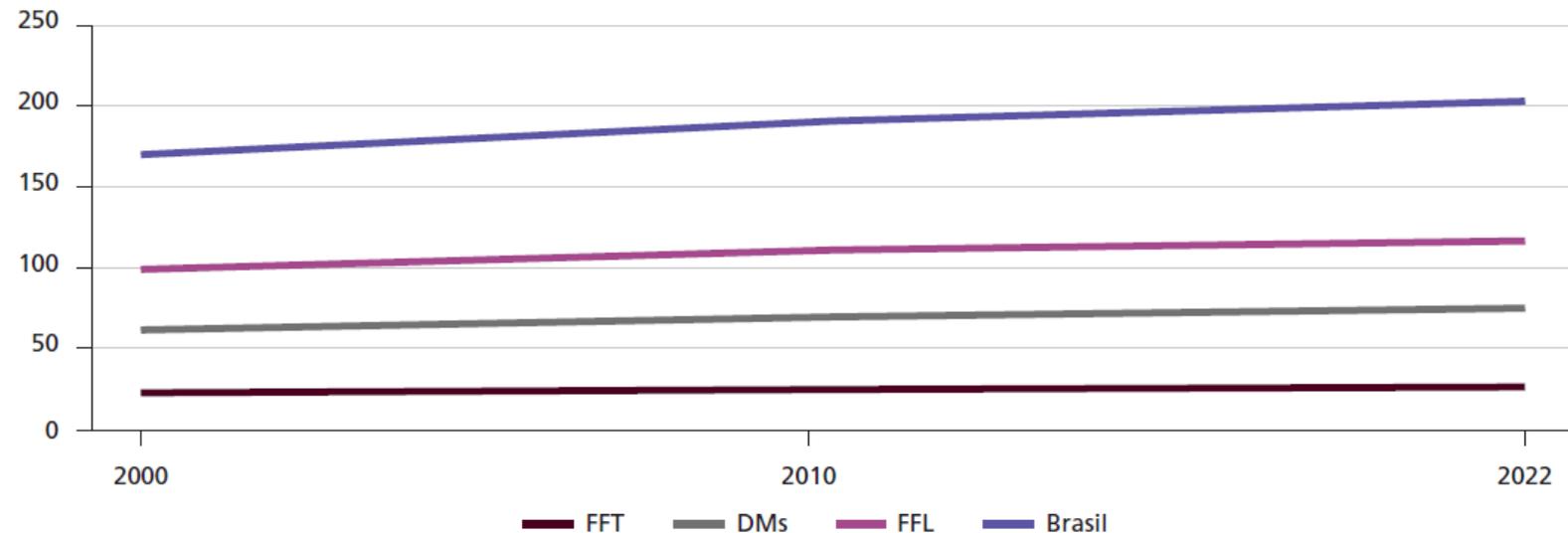
Fonte: IBGE.
Elaboração dos autores.

Questões Brasileiras Contemporâneas (QBC)- IGEPP - Fronteiras do Brasil: Primeiros Resultados do Censo Demográfico 2022 – Ipea (2023) - Prof. Waldery Rodrigues Jr

- Ao se considerar as taxas relativas aos recortes territoriais constata-se que, no intervalo 2010-2022, a **FFT e os DMs superam a taxa nacional**, sendo a da FFT a mais elevada. É importante frisar que a base populacional desse recorte é a de menor porte.
- Comparativamente ao intervalo 2000-2010, exceto a FFT, os demais recortes e o total do país tiveram suas taxas geométricas de crescimento anual reduzidas a aproximadamente metade do valor da taxa do período anterior.
- A redução na FFT foi pequena, porém nesse período pretérito era o recorte que apresentava a menor taxa.
- O ritmo de crescimento da população nos três recortes territoriais em análise teve uma **evolução ascendente** contínua no presente século (gráfico 1).

GRÁFICO 1

Brasil: população total, segundo recortes territoriais (2000, 2010 e 2022)
(Em milhões de habitantes)

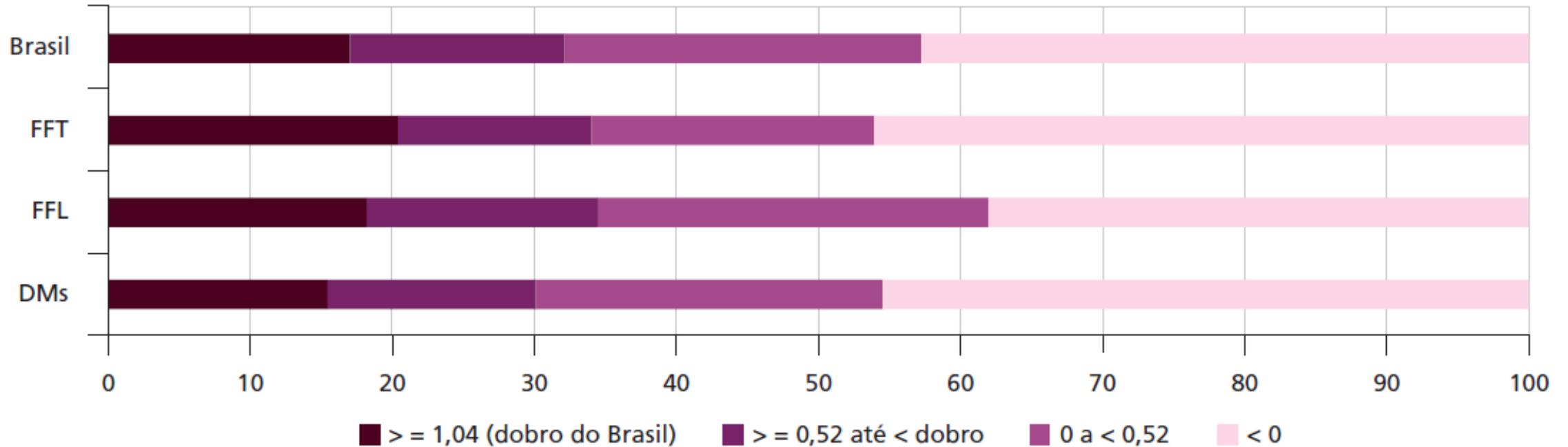


Fonte: IBGE.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 2

Brasil: municípios por classes de crescimento anual da população, segundo recortes territoriais (2010-2022)

(Em %)



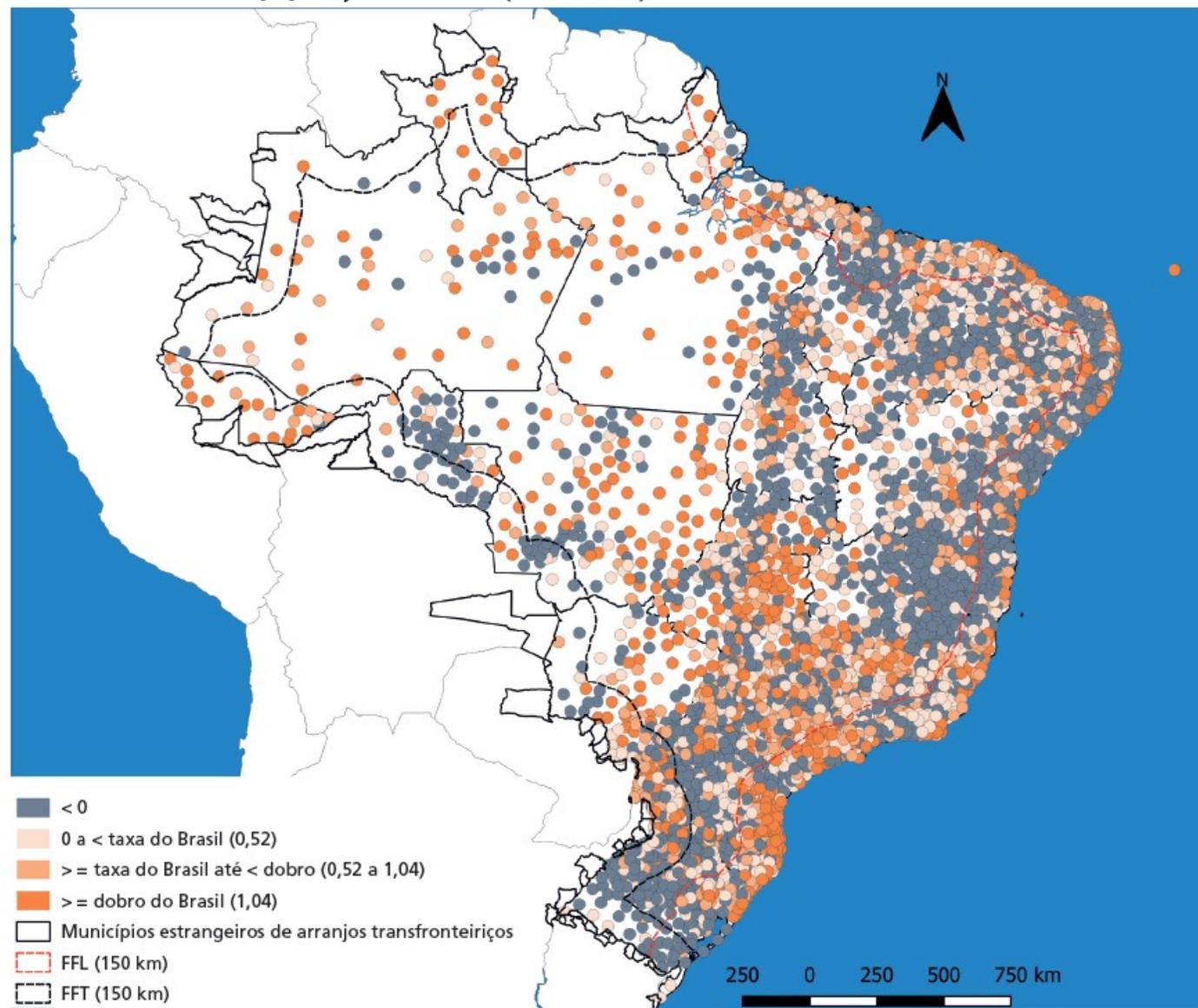
Fonte: IBGE.

Elaboração dos autores.

- A espacialização dos municípios segundo classes de crescimento populacional 2010-2022 evidencia a conformação de manchas contínuas de áreas com elevado crescimento e de áreas com perdas populacionais (mapa 1).
- Na FFL, as áreas em crescimento situam-se nos entornos de metrópoles e capitais estaduais, e na linha da costa, formando manchas alongadas com grande continuidade a partir de Porto Alegre, todo o leste catarinense até Curitiba.
- Na FFT as manchas de municípios em crescimento também são contínuas no Amapá, no Pará, em Roraima, no noroeste e oeste do Amazonas e em todo o Acre, retomando a continuidade ao sul do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.
- Diferentemente da FFL, na qual a faixa se compõe de municípios de pequena dimensão, o que sinaliza grandes arranjos espaciais convivendo uma mesma dinâmica de crescimento populacional, na fronteira, as grandes áreas dos municípios passam por um crescimento mais concentrado nos arranjos transfronteiriços e mais disperso no interior dos municípios
- As áreas de perdas populacionais são contínuas e expressam preocupação na FFL e FFT sul-rio-grandense, nas fronteiras do arco Central e no litoral baiano e alagoano.

MAPA 1

Brasil: TGCA da população brasileira (2010-2022)



Fonte: IBGE.
Elaboração dos autores.

- O total da população residente nos municípios, conforme as classes do crescimento entre 2010-2022, mostra que há uma distribuição bastante homogênea no caso do Brasil, com aproximadamente 26% da população residindo em municípios nas classes de crescimento até a média do país, maior que o dobro da média, e nos municípios com taxas negativas (tabela 2).
- No total, 73,1% da população brasileira reside em municípios com ganhos populacionais, e outros 26,9%, naqueles com perdas. A
- FFT é o recorte territorial com a maior proporção (36,2%) de habitantes em municípios na classe com taxas mais elevadas, seguida dos DMs (32,5%).
- A FFL tem mais de 63,0% da população residindo em municípios que crescem menos que a taxa do país ou com taxas negativas de crescimento populacional.

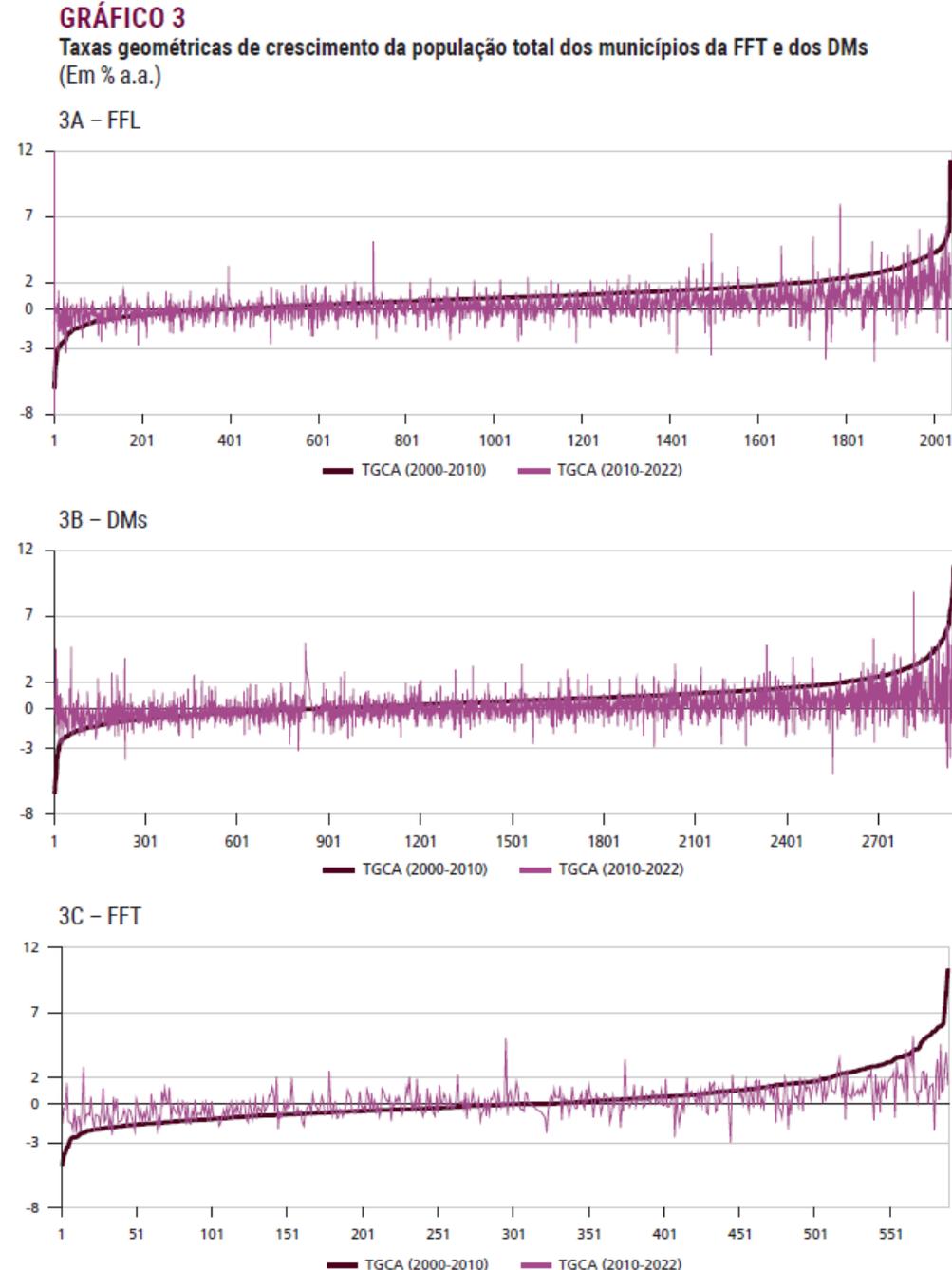
TABELA 2

Brasil: população residente em municípios por classes de crescimento anual da população, segundo recortes territoriais (2010-2022)

Crescimento anual (% a.a.)	Brasil		FFT		FFL		DMs	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
> = 1,04 (dobro do Brasil)	54.041.639	26,6	4.235.099	36,2	25.455.979	21,8	24.350.561	32,5
> = 0,52 até < dobro	39.938.549	19,7	2.585.531	22,1	17.573.546	15,1	19.779.472	26,4
0 a < 0,52	54.366.461	26,8	1.700.109	14,5	38.467.401	33,0	14.198.951	19,0
< 0	54.715.863	26,9	3.170.284	27,1	35.024.482	30,1	16.521.097	22,1
Total	203.062.512	100,0	11.691.023	100,0	116.521.408	100,0	74.850.081	100,0

Fonte: IBGE.
Elaboração dos autores.

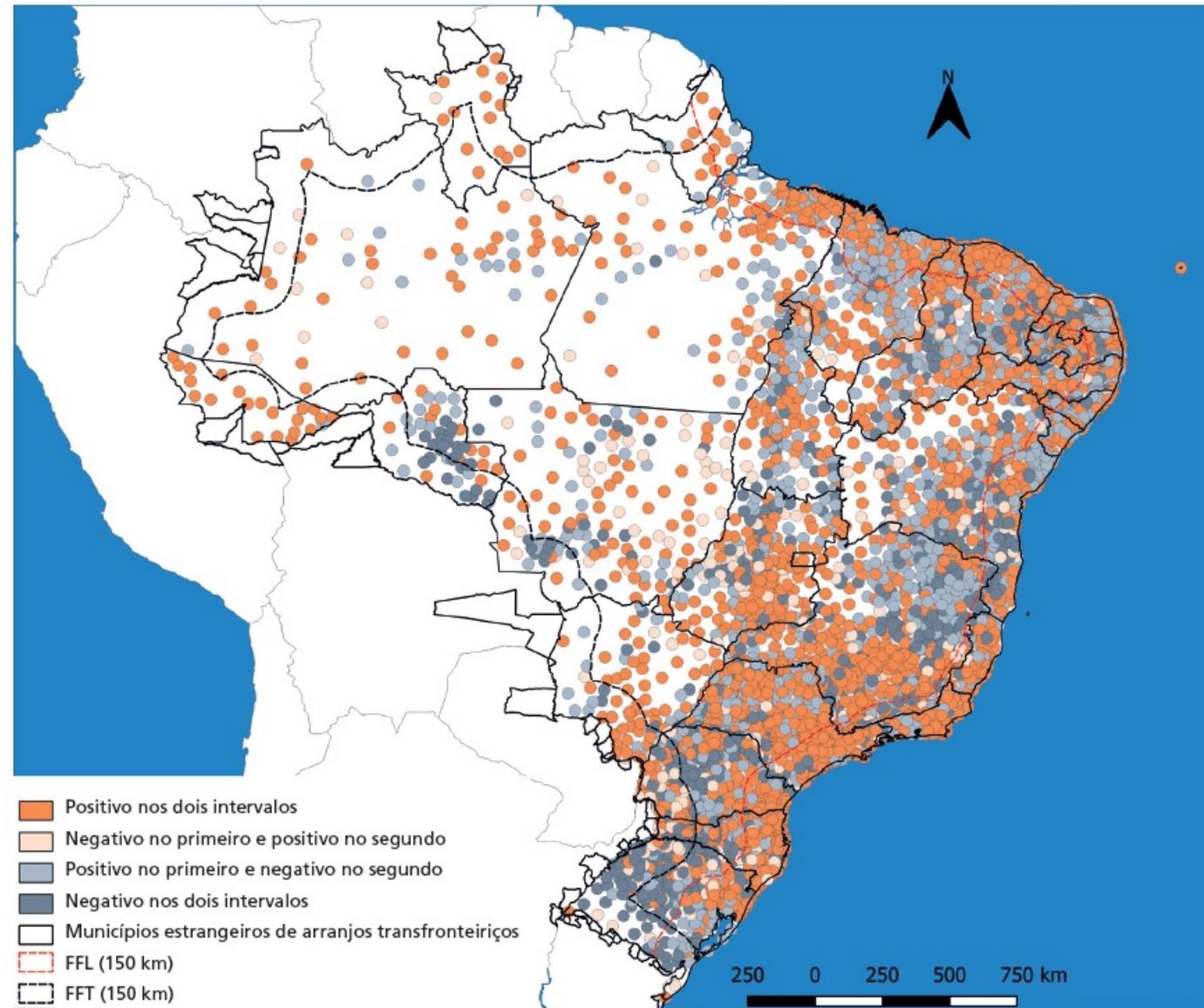
- Ao se colocar em análise o crescimento populacional dos municípios, comparativamente aos períodos 2000-2010 e 2010-2022, verifica-se que nos três recortes territoriais as **taxas geométricas anuais** são **significativamente menores** entre aqueles que **mais cresceram** como também **significativamente maiores** entre os que **perdiam população**.
- Mantendo-se indexadas as taxas do primeiro intervalo, observa-se um **comportamento similar nos três recortes**, com **picos positivos e negativos menores** (gráfico 3).
- A FFL e os DMs sofreram reduções abruptas nos picos, com taxas que, no primeiro intervalo, variaram entre -6,06% a.a. e 11,24% a.a. na FFL e entre -6,43% a.a. e 10,92% a.a. nos DMs. No segundo intervalo, entre -3,97% a.a. e 7,96% a.a. na FFL, e -4,89% a.a. e 9,23% a.a. nos DMs.
- A FFT registrou os valores dos picos mais modestos, com taxas que variaram entre -4,74% a.a. e 10,39% a.a., no primeiro intervalo, e -2,95% a.a. e 5,26% a.a. no segundo.



- Se comparadas as taxas de crescimento dos municípios entre 2000-2010 e 2010-2022 apenas no que se refere a crescimento positivo ou crescimento negativo, pode-se aferir se o comportamento de ganhos ou perdas vem desenvolvendo uma trajetória que se consolida nas décadas ou descreve uma conjuntura específica do intervalo analisado.
- Quatro tipos de comportamento foram constatados: i) municípios que tiveram crescimento positivo nos dois intervalos; ii) negativo no primeiro intervalo e positivo no segundo; iii) positivo no primeiro intervalo e negativo no segundo; e iv) negativo nos dois intervalos.
- Como no primeiro período foram criados 63 novos municípios, o procedimento metodológico adotado foi incluir aqueles com taxas positivas entre 2010-2022 no segundo tipo, e aqueles com taxas negativas, no quarto tipo, caso em que se observa que a criação do município não garantiu possibilidades de uma dinâmica populacional positiva.
- Observa-se que as manchas contínuas, em ambos os casos, obedecem a um padrão muito similar de distribuição espacial, ao analisado no intervalo mais recente (mapa 2). Isso indica que os processos em curso podem não ser conjunturais, mas se consolidam ao adentrar este século.

MAPA 2

Brasil: evolução do crescimento da população do município (2000-2010 e 2010-2022)



Fonte: IBGE.

Elaboração dos autores.

- Num ritmo de crescimento superior ao da população, os **domicílios particulares permanentes** ao mesmo tempo que contribuem para observar a expansão física dos assentamentos humanos, levam ao questionamento sobre por que tiveram um número tão ampliado e por que entre eles permanecem tantos não ocupados.
- No Brasil, do total de 90.688.021 domicílios, 79,9% eram particulares permanentes e se encontravam ocupados, 12,6% estavam vagos e 7,4% tinham uso ocasional em 2022 (tabela 3).
- Desse mesmo total, apenas 0,1% correspondiam aos **domicílios particulares improvisados** e outros 0,1%, aos **coletivos**.

TABELA 3

Brasil: total de domicílios e participação dos tipos no total, média de moradores e taxas de crescimento anual dos domicílios ocupados e da população, segundo recortes territoriais

Informação	Brasil	FFT	FFL	DMs
Total de domicílios (2022)	90.688.021	4.941.598	52.748.590	32.997.833
Domicílios particulares permanentes ocupados (%)	79,9	82,8	79,8	79,7
Domicílios particulares permanentes vagos (%)	12,6	10,9	12,6	12,7
Domicílios particulares permanentes com uso ocasional (%)	7,4	6,1	7,5	7,4
Domicílios particulares improvisados (%)	0,1	0,1	0,1	0,1
Domicílios coletivos (%)	0,1	0,2	0,1	0,1
Média de moradores de domicílios ocupados (2010)	3,31	3,28	3,29	3,36
Média de moradores de domicílios ocupados (2022)	2,79	2,84	2,76	2,83
Taxa de crescimento de domicílios ocupados entre 2010-2022 (% a.a.)	1,97	1,91	1,90	2,09
Taxa de crescimento da população entre 2010-2022 (% a.a.)	0,52	0,69	0,42	0,65

Fonte: IBGE.
Elaboração dos autores.

- Conclusivamente, observa-se que o Brasil reproduz alguns padrões constatados em países que se encontram em um estágio mais avançado da urbanização, como a redução das taxas geométricas de crescimento ao ano e do número de moradores por domicílios, além de perdas populacionais contínuas entre alguns municípios.
- Mas, no caso brasileiro, ainda não acenam indícios de perdas populacionais no conjunto nacional em um futuro próximo.
- As sínteses expostas confirmam a enorme diversidade entre os municípios brasileiros. Evidenciam que, em recortes distintos, há municípios com crescimento elevado ao mesmo tempo que outros perdem população.
- Da mesma forma, apontam que há grandes contingentes populacionais habitando essas áreas em extremos da dinâmica de crescimento.
- Novas pesquisas poderão informar sobre quais fatores acionam esses processos, o que será de fundamental importância para a formulação de políticas condizentes às necessidades das transformações em curso.
- As próximas seções desta *Nota Técnica* exploram com mais detalhes os recortes territoriais fronteiriços, situando e nominando municípios expoentes da dinâmica populacional captada pelo Censo de 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022 permitem vislumbrar com segurança a distribuição da população no território e sua dinâmica de crescimento.
- Embora o Brasil não tenha crescido o tanto que se estimava, evidenciaram que há municípios e regiões sobressalientes pelas taxas elevadas de crescimento e incremento populacional entre 2010 e 2022, em muitos casos sedimentando um processo iniciado na década anterior, tanto nas faixas de fronteiras terrestre e litorânea quanto entre os DMs.
- Esse desempenho sugere positividade de retenção e atração populacional, transformações e acúmulo de demandas a serem atendidas.
- Portanto, requerem políticas de moradia, saneamento, transportes urbanos, educação, saúde e trabalho que sustentem e atendam à população crescente.
- Dada a expansão física da ocupação do espaço, imposta pelo incremento populacional, particularmente nos grandes centros e suas periferias, são necessárias também políticas ambientais voltadas a áreas de maior fragilidade natural, e políticas fundiárias que visem ao controle da especulação imobiliária, de forma a reduzir a exclusão social pelo preço da moradia, e evitar riscos a segmentos vulneráveis da população.
- O diferencial entre as taxas de crescimento da população e do número de domicílios ocupados, e o elevado número de domicílios vagos, diante do déficit habitacional que vem se tornando histórico no país, impõe análises apuradas e políticas eficazes de controle.
- Informações censitárias ainda não divulgadas, faixas etárias, segmentos da população, condição social do morador, fluxos pendulares da população, entre outras, contribuirão para especificar o perfil das políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Estudos complementares também serão preciosos para se concluir sobre os porquês da condição de perdas populacionais de municípios, em alguns casos já há mais de uma década, particularmente em áreas de produção agropecuária e mineração, onde se vive momentos de crescimento que podem ser efêmeros, particularmente induzidos por atividades ligadas à reprimarização da economia.
- Políticas de desenvolvimento regional sustentáveis são imprescindíveis para garantir condições dignas de sobrevivência a produtores, trabalhadores, população de modo geral e ao meio ambiente nessas áreas.
- Em qualquer dos casos, sejam por ganhos ou perdas populacionais, análises com informações mais específicas confirmarão se são situações que se consolidam ou se representam momentos passageiros.
- Os fluxos migratórios internacionais ocorridos no período intercensitário deixaram marcas captadas pelas informações do censo, porém aguardam-se os dados relativos à mobilidade migratória para conclusões mais precisas.
- Mesmo antecipadamente, reconhece-se a importância de políticas que prevejam o acolhimento de pessoas que migram ou vêm em busca de refúgio, de modo a protegê-las em trânsito e a evitar impactos sociais e econômicos aos municípios receptores.
- Da mesma forma, dados da mobilidade pendular da população poderão confirmar os laços que se insinuam para além dos APs analisados, confirmando a expansão das grandes concentrações, metropolitanas ou não, e apontando novos vetores de penetração no território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Embora a análise tenha colocado em **foco os recortes das FFT e FFL**, pode-se **conjecturar** que a evolução do crescimento a expansão das metrópoles e grandes concentrações urbanas apontam o **avanço da metropolização, reproduzindo padrões internacionais** no que se refere a um **menor crescimento nos polos metropolitanos** e em **alguns APs metropolitanos**, ainda restrito aos de **maior maturidade**.
- Salienta-se que esse processo ocorre **similarmente nos DMs**, entre os quais há **quatro APs metropolitanos**, três deles crescendo mais que o dobro da média do país, e **quatro APs de capitais estaduais**, três também nessa classe de crescimento.
- Nesse conjunto, reproduz-se o padrão de crescimento elevado, formando **manchas de ocupação em continuidade ou dispersas**, porém conectadas por importantes vias de circulação.
- As informações tornam evidente que o **país prossegue em seu processo de metropolização**, com a **redução do ritmo de crescimento de metrópoles mais antigas**, **intenso crescimento em metrópoles mais jovens** e **geração de novas concentrações urbanas em centros não metropolitanos**, particularmente, mas não apenas em **capitais de estados**, **reproduzindo os padrões de expansão e crescimento metropolitano** reconhecidos na literatura especializada.
- Algumas **metrópoles começam a perder população**, entretanto ainda **crece seu entorno imediato**, em muitos casos, agregando em seu **entorno mais distante**, contínua ou descontinuamente, **médias concentrações urbanas e pequenos centros não aglomerados**, com crescimento também elevado, configurando **grandes conglomerados de extensão regional** com **forte articulação urbana**.
- **Políticas urbanas**, com especificidades para essa nova configuração espacial, são requeridas, pois **não bastam políticas setoriais**, como as já anotadas, posto que essas se fragmentam sem a transversalidade exigida pela urbanização brasileira.
- Também são necessários **novos formatos de gestão cooperada e articulada** entre **conjuntos de municípios**, para contemplarem as **peculiaridades das funções públicas de interesse comum** exigidas nessas **unidades plurimunicipais**.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Nas fronteiras terrestres do país, participantes nas dinâmicas de elevado crescimento da população, a presença de um elevado contingente de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros originais, sob pressão da ocupação das terras e da exploração dos recursos naturais, exige atenção urgente.
- Dados do censo, já divulgados, permitem dimensionar e situar em seus territórios os povos indígenas e os quilombolas, subsidiando análises imprescindíveis. Muitos dos povos indígenas movimentam-se nas fronteiras, dando origem a um espaço transfronteiriço com populações sob grande vulnerabilidade, pois carentes de políticas acordadas entre os países que se avizinham. Também nos arranjos transfronteiriços, mais que informações censitárias, que brevemente serão divulgadas, faltam informações compatíveis sobre os municípios situados do outro lado da fronteira, com os quais as populações interagem cotidianamente.
- Considerando o elevado número de arranjos transfronteiriços identificados na linha de fronteira brasileira, é necessário que haja uma articulação entre os produtores de informações do Brasil, fundamentalmente o IBGE, e os dos países limítrofes, de modo a compatibilizar a temporalidade e o método da coleta dos dados dos censos demográficos.
- É precário formular políticas para unidades territoriais sobre as quais se desconhece o tamanho da população e os componentes demográficos da parte incidente no país vizinho. Por esse motivo, políticas urbanas transfronteiriças que conjuguem bases de informações entre os países vizinhos são necessidades urgentes para que se possa contemplar as demandas que virão incrementadas conforme mostram as taxas de crescimento populacional dos arranjos transfronteiriços. E nesses casos, a efetivação de formatos de gestão cooperativa, que se apoiem em acordos bi e até trinacionais.
- São verdadeiramente muito aguardados os próximos resultados do Censo Demográfico de 2022, tanto por pesquisadores, formuladores de políticas e gestores públicos, como pela população de modo geral, que terá suas especificidades reconhecidas e seu futuro garantido pela possibilidade de prognósticos seguros.
- A tecnologia empregada nesta coleta e organização de informações, e a consistência da base metodológica e operacional do IBGE são reconhecidas já nestes primeiros resultados e serão reafirmadas nos demais.
- Resta reconquistar a sistematicidade dos censos nos anos iniciais das décadas, da contagem da população nos intermédios dos períodos intercensitários, e consolidar o diálogo com os demais países limítrofes ao Brasil para uma produção articulada das informações.